



# Anais da Assembléia

N.º 135

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1.983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1983

TERÇA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Gernote Kirinus e Tuguio Setogutte.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondu Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

As mensagens de n.ºs 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148 e 149/83, constantes do expediente, já foram publicadas na íntegra, na ata n.º 124, (D.A. n.º 132), do dia 23 de novembro de 1983; bem como os ofícios n.ºs CM/2923/83, Of. Circular n.º 892/83- DL, n.º 1339/83- DL e Telex de n.º 392/83.

## Indicação

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A liderança do PMDB, indica para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que irá apurar os ilícitos contravenacionais denominado "JOGO DO BICHO", os seguintes deputados:

### TITULARES

Tadeu Lúcio Machado

Anibal Khury

Hermas Eurides Brandão

Caíto Quintana

### SUPLENTE

Artagão de Mattos Leão

Nestor Baptista

Antônio Martins Annibelli

Djalma de Almeida Cesar

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 235/83.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 231/83, que altera dispositivos da Lei de Promoções de Praças da Polícia Militar do Estado ( Lei n.º 5.940, de 08.05.83).

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 212/83 e 83/83.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 234/83, que denomina José Gomes do Amaral a Escola de primeiro grau do Núcleo Habitacional Santa Teresinha, no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na votação do Projeto de Lei n.º 187/83, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consagração na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Nova Cantu, pela passagem do seu 19º aniversário de emancipação político-administrativa, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo senhor Walmick Pereira, ao excelentíssimo senhor Rui Pereira, presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos excelentíssimos senhores presidentes das agremiações partidárias existentes na cidade.

Nova Cantu desmembrou-se do município de Roncador, através da Lei n.º 4.788, criado em 29 de novembro de 1963, e cuja instalação se deu em 14 de dezembro de 1964, graças à luta incansável dos seus pioneiros na colonização daquela rica e imensa região, oriundo das mais diversas localidades, e que lá se instalaram atraídos pelo teor fértil do solo, propícios ao cultivo de diversas culturas. Desde os primeiros tempos de seu surgimento, Nova Cantu até os dias atuais, tem como seu sustentáculo sócio-econômico, as atividades agropecuárias, destacando-se a soja, arroz, trigo, feijão e o milho, a criação de bovinos suínos e aves, cujo escoamento é facilitado pelas diversas estradas existentes que ligam aos grandes centros de importação

e exportação.

Sua população (conforme dados do Censo de 1980), é de aproximadamente 12 mil, sendo que cerca de dez mil habitantes residem na zona rural.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do 28.<sup>o</sup> aniversário de emancipação político-administrativa, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo senhor prefeito municipal, Osvaldo Valarini e ao excelentíssimo senhor Antônio Pereira, presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos excelentíssimos senhores presidentes das agremiações partidárias existentes na cidade.

Em 1954, no dia 26 de novembro, era criado, através da Lei n.<sup>o</sup> 253, o município de Araruna, tendo sido instalado no dia 29 de novembro de 1955, desmembrando-se do município de Peabiru.

Tal emancipação deu-se pelo fato de que já naquela época, era grande o desenvolvimento daquela região, baseado nas atividades agropastoris e ao comércio diversificado.

Como uma cidade ainda jovem, Araruna é sem dúvida alguma, um dos municípios que possui uma das melhores perspectivas de desenvolvimento, em face da própria vocação de seu povo, que sempre tem procurado de uma forma ou de outra, criar ou ampliar o desenvolvimento de pequenas indústrias, sendo que das existentes, as mesmas contribuem significativamente para o fortalecimento sócio-econômico.

Em face da grave crise financeira que atinge especialmente os municípios, Araruna sofre em termos de diminuição populacional, que em 1970, era de pouco mais de 23 mil e no entanto, conforme dados do Censo de 80, tem pouco mais de 14 mil, tendo como maior causa dessa constatação, o êxodo rural, onde os pequenos proprietários agrícolas pela falta de uma política de incentivo, que se desfaziam de suas áreas agrícolas, e, conseqüentemente, desempregava muitas pessoas, atingidas também pelos avanços tecnológicos, notadamente a mecanização da lavoura.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pela passagem do seu 28.<sup>o</sup> aniversário de emancipação político-administrativa do município de Engenheiro Beltrão, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo senhor prefeito municipal Anésio Rosa, ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Vereadores, João de Oliveira Macedo e aos excelentíssimos senhores presidentes das agremiações partidárias existentes na cidade.

Nos idos dos anos 50 e 60 a colonização do Estado do Paraná foi bastante intensa surgindo grandes povoados em diversas regiões, atraídos pelas inúmeras riquezas em potencial contidas. Engenheiro Beltrão enquadra-se dentre os diversos municípios surgidos nessas características.

Devido ao seu rápido crescimento, Engenheiro Beltrão tornou-se emancipado em 26 de novembro de 1954, através da Lei n.<sup>o</sup> 253, sendo que efetivamente foi instalado no ano seguinte no mesmo dia e mês em relação a sua criação.

Sua base econômica continua sendo a agricultura, onde tal região possui um dos melhores índices de produtividade da

região de Campo Mourão do qual ela pertence, produzindo diversos cultivos destacando-se o milho a soja e o trigo, o arroz e o feijão, sendo que tais produtos são em parte consumidos na própria região e o restante são guardados em modernos silos e armazéns para posteriormente, serem escoados pelas diversas vias de ligação daquele município, contribuindo deste modo, para a economia do Estado do Paraná assim como do Brasil.

Sendo, portanto, a atividade agrícola, a mais importante em Engenheiro Beltrão, fruto do trabalho dos mais de quinze mil habitantes, dos quais, cerca de dez mil, são da zona rural.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao excelentíssimo senhor doutor DENY L. SCHWARTZ, DD. secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhe a urgente pavimentação do trecho da PR-583, que dá acesso à localidade de São Valério, no município de Planalto, enviando-se cópia deste requerimento ao excelentíssimo senhor vereador NILO LUCIETO, presidente da Câmara Municipal de Planalto.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

O acesso a São Valério é incessantemente utilizado, inclusive para escoamento de produção agrícola e encontra-se em precaríssimas condições de tráfego, mormente em épocas de chuvas, causando sérias dificuldades aos que dele necessitam se utilizar.

Assim, temos certeza de que a Secretaria de Transportes se empenhará no atendimento desta justa reivindicação daquela comunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, e a excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes que no Plano de Investimentos seja colocada como prioridade desta Secretaria ao município de KALORÉ, a doação de uma KOMBI, e de um micro-ônibus, cuja finalidade será o transporte de escolares.

Outrossim, REQUER que da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao excelentíssimo senhor prefeito municipal, ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, como também aos excelentíssimos senhores vereadores e aos presidentes das agremiações partidárias existentes no município de Kaloré.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de que atualmente os professores e alunos são transportados em cima de um caminhão basculante, quando é possível; colocando em risco a vida dos mesmos.

Na realidade, na maioria dos casos, os professores e alunos têm que andar, ou melhor, percorrer o trajeto de suas casas até às escolas, a pé.

No período de chuvas os alunos não vão às aulas por não disporem de nenhum meio de locomoção.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, e ao excelentíssimo secretário de Estado da Administração, solicitando-lhes urgência e prioridade, quanto às reformas que se fizerem necessárias, na Escola Estadual "LOURDES ALVES DE MELLO", localizada no município de Itaguajé.

Outrossim, REQUER que a decisão desta Casa se dê conhecimento ao excelentíssimo senhor prefeito municipal, ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, aos excelentíssimos senhores vereadores municipais, e aos respectivos excelentíssimos senhores presidentes dos diretórios municipais do PDS e do PMDB.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de que atualmente a Escola Estadual "LOURDES ALVES DE MELLO", encontra-se em precaríssimas condições de funcionamento. Portanto, é mistér, em caráter de urgência, um levantamento através desta Secretaria para posteriores reparos, onde se fizerem necessários, para que desta forma as condições de ensino sejam normalizadas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, e ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhes a doação de um CAMINHÃO BASCULANTE (usado) e de um ROLO COMPRESSOR (usado), ao município de Itaguajé.

Outrossim, REQUER, que da decisão desta Casa se dê conhecimento ao excelentíssimo senhor prefeito municipal, ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, aos excelentíssimos senhores vereadores municipais e aos respectivos excelentíssimos senhores presidentes dos diretórios municipais do PDS e do PMDB.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de que atualmente é necessária uma ajuda do governo do Estado, através desta Secretaria, com a doação de um CAMINHÃO BASCULANTE (usado) e de um ROLO COMPRESSOR (usado), existentes no pátio do DER, nesta Capital.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, e ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde, solicitando-lhes que no Plano de Investimentos seja colocado a doação de uma ambulância ao Hospital Municipal de Kaloré, cuja finalidade será a de transportar os doentes.

Outrossim, REQUER, que da decisão desta Casa, dê-se conhecimentos ao excelentíssimo senhor prefeito municipal, ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, como também aos excelentíssimos senhores vereadores e aos presidentes do PMDB e do PDS.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que o município de KALORÉ, atualmente com 8.369 habitantes, não dispõe de nenhuma ambulância, para o transporte de pessoas enfermas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado e a excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes, dada a imediata proximidade de término de vigência do concurso de ingresso de pessoal ao Quadro Próprio do Magistério, realizado no ano de 1.979, que coloquem em discussão a tese do aproveitamento dos 10.600 candidatos excedentes, durante a primeira semana do mês de dezembro p./v., oportunidade em que, além da Comissão Técnica da SEED, estenderia-se a análise de situação também pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado e diretoria estadual da Associação dos Professores do Paraná, com a finalidade de se propiciar a nomeação dos professores que a aguardam desde 1979, desde que em vagas realmente existentes.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

#### JUSTIFICATIVA:

Em vista da prorrogação do prazo de vigência do último concurso público de ingresso de pessoal ao Quadro Próprio do Magistério Estadual, e considerando-se que culminou por verdadeira polêmica a discussão em torno da existência ou não de vagas para o aproveitamento dos excedentes, de bom alvitre seria a constituição de Comissão Mista Especial, com a finalidade específica de dirimir, de uma vez por todas, as dúvidas que apiram a respeito das possibilidades de convocação dos professores excedentes do último concurso estadual, na área da educação, e em caso afirmativo, de se proceder à nomeação dos professores que de fato se caracterizarem como pessoal necessário às exigências da Educação.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER a concessão de ANISTIA de Multas e Juros de Mora para pagamento de ICM em atraso.

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos excelentíssimos senhores DOUTORES JOSÉ RICHIA, digníssimo governador do Estado, e ao DOUTOR ERASMO GARANHÃO, digníssimo secretário de Estado das Finanças, conforme o exposto acima.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

1983, foi um ano marcado por profundas dificuldades econômicas e financeiras e além disto também problemas climáticos afetaram a saúde financeira das empresas.

Assim sendo, muitas empresas não pagaram seus impostos no vencimento, não porque não quiseram, mas porque não puderam, particularmente aquelas que inclusive apresentaram a guia de informação.

Desta forma, o imposto mais os juros, mais a multa, mais a correção monetária, aumenta em muito a dificuldade para as empresas conseguirem por em dia seus pagamentos do imposto.

Diante deste quadro e, servindo de um lado como apoio direto à melhoria de nível econômico de nosso Estado, através da melhoria da situação das empresas, servindo como um

incentivo, e de outro, como aumento de arrecadação do Estado sem que prejudique ninguém, é que propomos o que se segue: todas as empresas que tiverem ICM atrasados até 30 de novembro de 1983, já em dívida ativa ou não, e mesmo as com execução fiscal, que efetuarem seus pagamentos até 31 de março de 1984, ficarão anistiadas da multa e dos juros correspondentes, pagando o principal mais a correção monetária.

Tal instrução deveria ser, após aprovada, ser encaminhada para as seguintes instituições, para que todos os interessados tomem conhecimento:

- a) todas as Associações Comerciais do Paraná;
- b) todos os núcleos do CRC do Paraná para que os contadores das empresas possam dele tomar conhecimento;
- c) nos órgãos oficiais de praxe.

Tal medida teria grande repercussão em nosso meio empresarial, trazendo em seu bojo um grande ânimo para se enfrentar 1984, e com certeza traria muito aumento, substancial, na arrecadação do ICM, pois todos irão fazer o possível e o impossível para aproveitar esta oportunidade oferecida, e o governo JOSÉ RICHIA estaria demonstrando, na prática, que está atento e preocupado com os problemas que afetam e são enfrentados pela sociedade.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER, o parcelamento do ICM referente ao mês de dezembro/83 em 3 (três) parcelas.

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos excelentíssimos senhores DOUTOR JOSÉ RICHIA, digníssimo governador do Estado, e ao digníssimo DOUTOR ERASMO GARANHÃO, secretário de Estado das Finanças, conforme o exposto acima.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

##### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o mês de dezembro representa em média de 20 a 30 por cento do faturamento anual das empresas, principalmente as do comércio varejista, cujas vendas são feitas fundamentalmente pelo sistema de crédito, que gera o ICM, mas não gera caixa para as empresas, o que dificulta em muito o pagamento correspondente, isto gera duas alternativas:

- a) atrasar o imposto; isto gera problema para as empresas, pois as mesmas teriam a multa, e gera problema para o Estado que deixa de arrecadar;
- b) a empresa faz empréstimos bancários para pagar o imposto; isto afetará a já difícil situação financeira das empresas, uma vez que as taxas de juros estão muito elevadas.

O PARCELAMENTO — Assim, para solucionar estes problemas, o saldo devedor do ICM poderia ser parcelado na seguinte proporção: 40 por cento, em janeiro; 30 por cento, em fevereiro; e, 30 por cento, em março.

Tal medida teria uma grande repercussão no meio empresarial, pois traria uma solução extremamente importante.

Tal procedimento já foi em períodos anteriores realizado conforme se nota das instruções da SEF de n.ºs 544/76, 594/77 e 722/81.

Assim estaria o governo JOSÉ RICHIA demonstrando atenção pelos problemas reais que atingem a sociedade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Agricultura, objetivando obter informações a respeito do controle da arrecadação do cancro cítrico existente no Estado do Paraná.

Tal pedido de informações está baseado em reportagem realizada pelo jornal "Folha de São Paulo" editada no último sábado (dia 26), onde aquele Órgão de imprensa relata manifestação do gerente de Projetos de Erradicação do Cancro Cítrico da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura, Joaquim César, onde este afirma que o secretário da Agricultura do Paraná mandou paralisar, há 45 dias, o programa de controle e erradicação da praga, embora tenha negado comentar os motivos técnicos a respeito.

Neste sentido, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Agricultura, manifestação sobre o que ora é discorrido, tendo em vista o noticiário veiculado no Jornal "Folha de São Paulo".

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor César Paes Mocelin, coordenador regional da Sudepe, solicitando providências para a apuração da inclusa denúncia de atos irregulares praticados pelo senhor José Domingos, presidente da Colônia de Pescadores Z-14, no município de Porto Rico.

Requer, da decisão, dê-se ciência ao prefeito municipal e presidente da Câmara Municipal de Porto Rico, bem como, a expedição de comunicação ao senhor Antônio Ferreira Ramos, presidente municipal do PMDB de Loanda.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

##### JUSTIFICATIVA:

Anexamos ao presente a denúncia formulada pelo senhor Gastão de Godoy, pescador, residente no município de Porto Rico, onde o presidente da mencionada colônia, vem cobrando atualmente uma taxa de 5 por cento presumidamente irregular, sobre todos os pescados a ele comercializado.

Mistér se faz, uma apuração imediata dos fatos relatados no documento incluso, haja vista, o estado deplorável econômico-financeiro em que se encontram no momento, a maioria dos pescadores residentes na região.

Outrossim, os pescadores não podem arcar com mais esse ônus tributário, pois, não possuem as mínimas condições de sobrevivência pessoal, e tampouco oferecer alguma dignidade às suas famílias.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao ilustríssimo senhor doutor JOSÉ GUILHERME LOBO CAVAGNARI, DD. coordenador regional do Incra, no sentido de que sejam tomadas as providências judiciais e administrativas que garantam aos "sem terra" ocupantes da Fazenda Anoni, em Marmeleiro, o direito de permanecerem na propriedade, pelo menos até o término do período de colheita.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

##### JUSTIFICATIVA:

A Fazenda Anoni, em Marmeleiro, foi objeto de decreto

desapropriatório de 1980, pois a área tem problemas de documentação.

Recentemente, o Tribunal Federal de Recursos deu ganho de causa aos Anoni, porém o Incra recorreu da sentença, no intuito de fazer valer o decreto do governo federal.

Entretanto, o Juiz da 2a. Vara Cível da Comarca de Francisco Beltrão, recebeu Carta de Ordem da 2a. Vara da Seção Judiciária do Paraná, da Justiça Federal, determinando o despejo em massa dos ocupantes da Fazenda e, para isto, já estaria requisitando força policial para desalojar as centenas de famílias.

Preocupados com a possibilidade de um conflito de proporções, somado ao fato dos colonos estarem prestes a colher uma safra de feijão superior a 540 toneladas, além de 172 toneladas de arroz e 12 toneladas de mandioca, é que requeremos ao Incra que tome as providências que permitam aos colonos, pelo menos até decisão final da Justiça, o direito de permanecerem na propriedade até o final da colheita.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado pedido de informações ao excelentíssimo senhor governador do Estado, com os seguintes quesitos:

a) sejam fornecidas cópias de todos os contratos já lavrados entre o Estado, empresas públicas e autarquias ou fundações, com instituições financeiras brasileiras ou internacionais, e que representem aumento da dívida da administração direta ou indireta do Estado;

b) sejam fornecidas cópias de propostas ou cartas de intenção referentes a créditos solicitados, mas ainda não contratados;

c) sejam historiados os objetivos de cada um desses empréstimos, relatando o Executivo para quais financiamentos destinar-se-ão as parcelas cujo fornecimento é pleiteado.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente

Esta presidência tem a satisfação de registrar as presenças em plenário do senhor vereador Jorge Cardoso, líder da bancada do PMDB na Câmara Municipal de Tibagi, e do senhor Nelson Horner, presidente do Diretório Municipal do PMDB na Câmara Municipal de Tibagi.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Francisco Escorsin, inscrito.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Senhor presidente, senhores deputados (Lê):

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, formular apelo veemente ao excelentíssimo senhor governador do Estado, doutor José Richa, no sentido de que a Mensagem Governamental n.º 28/83, encaminhada pelo ex-governador José Hosken de Novaes, reajustando os proventos dos funcionários inativos, retorne com urgência a este Poder, com as correções atualizadas."

Senhor presidente, senhores deputados:

"Ocupamos a tribuna hoje para reiterarmos o nosso

veemente apelo ao excelentíssimo senhor governador do Estado, quanto ao atendimento às nossas reivindicações justas e cabíveis aos interesses da sofrida classe dos funcionários aposentados.

A hora é de crise, de inflação e desespero. O povo sofre à mercê da onda inflacionária que engole os ínfimos salários.

O Estado não pode esquecer, nem omitir-se do compromisso assumido com o aposentado ou seja continua a prover a sua subsistência.

O momento não comporta delongas, nem esperas intermináveis, o momento exige soluções. É necessário reajustar os vencimentos dos aposentados.

Essa omissão, propositada ou não está levando os aposentados ao desespero. Mais uma vez protestados diante da retirada da Mensagem n.º 28/83, do Projeto de Lei n.º 05/83. Hoje o nosso veemente protesto é contra o silêncio mediante a urgência do assunto que urge de uma solução.

Assunto que não pode esperar por implicar na compra do feijão e do arroz para encher a panela do aposentado.

Não é hora de paixões políticas nem de mesquinhas querelas, é hora sim! De união para solucionar com urgência o reajuste para regulamentar o salário do aposentado, o preterido, o relegado ao esquecimento pela classe ora dominante, que buscando uma solução, embora tardia, sanará as sequelas passadas.

Lutemos pelo reajuste dessa classe pioneira, que ajudou com o desempenho de suas funções numa época em que se dispunha de pouquíssimos recursos técnicos. Classe que enfrentando epidemias, sempre lutou em seus cargos e que agora é esquecida pelo senhor governador que não pode, nem deve esquecer que estão aflitos por uma solução que viabilize um reajuste salarial adequado à condição humana dentro da sociedade.

A grande problemática dos aposentados engloba múltiplos aspectos deprimentes, que se nos detivermos numa análise profunda sentiremos vergonha de receber nossos salários ao final de cada mês.

Se nos detivermos a observar para uma análise psicológica do aposentado mal remunerado, veremos que em grande angústia se debate sua alma, angústia pelo hoje, pelo amanhã incerto, pela insegurança e insatisfação pela falta de reconhecimento por tudo o que fez de bom em seu trabalho na mocidade.

Angústia sim, nobres colegas pela miséria em que se encontra, pela dependência física e financeira.

Poderemos continuar protelando a solução tão esperada por essa classe marginalizada? ... Só poderemos dizer que não, libertando-nos das paixões políticas e da soberbia do orgulho partidário para numa só voz uníssona apelar veementemente para que a solução seja tomada em benefício dessa classe que serviu à máquina burocrática do Estado.

Dessa classe que abriu o caminho que trilhamos hoje.

Nosso chamamento de consciência, e da responsabilidade ao governador José Richa, para que desengavete a mensagem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Numa comparação entre funcionários da ativa e inativos observamos que os salários antigos caíram em desníveis inferiores ao mínimo vital.

Apelamos para que a mensagem seja novamente analisada se for o caso, que se acrescentem emendas mas que o problema do servidor público seja solucionado dentro da maior brevidade possível.

Confiamos que o governador José Richa, compreenderá este apelo que fazemos em nome dos desesperados aposentados

que são os flagelados destes tempos atuais. Para que devolva para o Legislativo a mensagem que poderá neste natal premiar; justa e merecidamente os aposentados no seu reajuste salarial justamente reclamado”.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Ervin Bonkoski.— Ausente.

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Tuguio Setogutte, no Grande Expediente.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Senhor presidente, senhores deputados.

Apesar de não ser o assunto que nos traz à tribuna nesta tarde, mas nós queríamos abrir um parêntese, que ainda há poucos instantes recebemos um comunicado da nossa cidade, para lamentar o ocorrido em Umuarama, quando ontem a Câmara Municipal daquela cidade, revogando uma lei e um decreto por nós assinado, melhor dizendo, de tempo de prefeito, fizeram com que o nosso Ginásio de Esportes Ney Braga passasse a denominar-se, a partir de então de Teotônio Vilella.

Reconhecemos o valor do ilustre brasileiro que ainda no domingo faleceu e reconhecemos a sua posição não apenas a nível do seu Estado natal, mas como do Brasil e até no Paraná, quando inclusive nos próximos dias, sua família enlutada terá a oportunidade de receber a homenagem de Cidadão Honorário deste Estado, aqui nesta Assembléia Legislativa.

Mas não poderíamos deixar de lamentar o revanchismo e a pouca oportunidade dos senhores vereadores da nossa cidade, quando o governador Ney Braga, na oportunidade muito nos auxiliou para que realmente a nossa cidade de Umuarama tivesse, quando ainda nenhum ginásio de esportes possuía, nos desse o recurso mais do que suficiente para que aquela mocidade, e para que, inclusive Umuarama, no ano em que se findou, pudesse sediar os Jogos Abertos do Paraná.

São ocasiões esdrúxulas como essas que nos fazem temer pela classe política, quando num apaixonado momento de nossa vida nós enveredamos para essas questões, por que não dizer pessoais?

Podem estar certos os senhores deputados, a minha querida cidade de Umuarama, que nós ainda oportunamente aqui estaremos, nesta tribuna para, com maiores detalhes, enfocarmos este assunto lamentável que aconteceu na noite de ontem na Câmara Municipal da nossa cidade.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, ocupo a tribuna desta Casa para falar sobre um importantíssimo segmento de nossa economia de base.

O setor pecuário paranaense tem na microrregião de Umuarama, significativa parcela de seu rebanho bovino. O Paraná, tem hoje um rebanho estimado em 7 milhões, 735 mil cabeças, sendo que a região de Umuarama participa com um milhão e quatrocentas mil cabeças, praticamente 18 por cento do rebanho estadual. São 750 mil hectares de pastagens implantadas naquela região para dar suporte e essa atividade pastoril.

Decorrentes de sua capacidade produtiva, existe um parque industrial instalado em nossa região.

Somente o abate de animais sob inspeção federal deverá este ano ultrapassar aos 50 mil animais, gerando uma receita bruta superior a 7 bilhões de cruzeiros.

No setor leiteiro a região conta com uma cooperativa e mais 18 laticínios, capazes de receber até 500 mil litros de

leite por dia, dando plena vazão à produção de mais de 2.700 produtores, que no ano passado produziram 27 milhões de litros e neste ano deverão alcançar aos 30 milhões de litros até o final do ano.

Apesar de todas suas potencialidades e da grande contribuição que a região tem dado ao Estado e à Nação, não tem recebido em troca o que merece, e sofre com as demais regiões do Estado e do País, os revezes dos desacertos das políticas governamentais.

Reclamam os pecuaristas por uma política de crédito capaz de garantir que suas propriedades continuem produtivas e possam fazer investimentos capazes de melhorar as suas produtividades, sem o que não serão capazes de substituir nas suas atividades.

Todos os senhores sabem que a erosão dos solos tem se tornado o grande flagelo das atividades agropecuárias, e especificamente em nossa região de Umuarama, as características arenosas do solo precipitam o agravamento de situação, e os produtores descapitalizados e, conseqüentemente, impossibilitados de investir em suas propriedades, assistem melancólicos às crateras enormes abrirem-se e carregarem o que de mais precioso possuem.

Dentro deste setor, também tem sido preocupação constante aos pecuaristas a saúde de seus animais.

Sabem os senhores, que outro grande problema da pecuária nacional, e por conseguinte da paranaense, tem sido a sanidade dos nossos rebanhos, que muitas vezes tem limitado e restringido as participações nas exportações de carnes, leite e derivados.

Dentre as doenças que impõem forças maiores contra as exportações de carnes, está a febre aftosa, essa terrível virose que ataca diversas espécies de animais, entre elas os bovinos e suínos que têm maior expressão econômica em nosso Estado.

Ainda no dia 04 de outubro, próximo passado, víamos e tínhamos com atenção o problema que o Brasil enfrenta na exportação de sua carne, onde o seu preço, a nível internacional, consegue até 40 por cento das cotações internacionais devido à febre aftosa dos nossos rebanhos.

Todos conhecem a sistemática de combate à febre aftosa que o Estado do Paraná, em convênio com o Ministério da Agricultura, vem desenvolvendo ao longo de mais de doze anos, de vacinações a cada quatro meses, e outras medidas de caráter preventivo e de controle da doença. Quatro meses, bem explicado, e sabido pelos pecuaristas e pelos senhores que convivem e vivem o interior do Estado, porque muitas vezes nós até chegamos aos 90 dias, devido ao problema das falhas dessas vacinas que é como acontece.

Também é do conhecimento dos nobres deputados que muito tem-se reclamado da qualidade das vacinas empregadas nessas campanhas sistemáticas, pois nem sempre os resultados alcançados satisfazem as mínimas necessidades dos criadores, que volta e meia se deparam com a febre aftosa atacando seus animais.

Recordo-me quando éramos prefeito na nossa cidade de Umuarama, que por diversas vezes recebemos reclamações de pecuaristas, que vacinavam periodicamente seus animais e não conseguiam livrar-se da febre aftosa, e nestes casos sempre se imputava, entre outros fatores, a baixa qualidade das vacinas empregadas.

Em 1981, já no final do ano, recebíamos em nosso gabinete na Prefeitura Municipal de Umuarama, a visita honrosa do doutor Raul Ollas Coaga, diretor do Centro Pan-americano de

febre aftosa, com sede no Rio de Janeiro, que trazido à nossa região por técnicos da Secretaria da Agricultura, justamente para conhecer de perto o grave problema que na época enfrentavam os nossos pecuaristas com esta terrível doença.

Estivemos reunidos por três dias, na Fazenda Quatro Irmãos, naquela oportunidade, quando ele, "in loco", pode constatar o grave problema da febre aftosa, não apenas a nível de Paraná, a nível de Brasil, mas naquela oportunidade especificamente na região de Umuarama, e mais precisamente na Fazenda Quatro Irmãos, próximo à sede do município.

Reunidos os mais expressivos produtores na Fazenda Quatro Irmãos em nosso município, com essas autoridades técnicas do setor sanitário animal, pode-se constatar a gravidade da situação. Garantiu-nos então, o diretor do Centro Panamericano de febre aftosa, que faria o máximo possível para que a nossa região pudesse ser contemplada com uma remessa experimental de vacinas com adjuvante oleoso, uma vez que essa vacina conferia maior proteção contra a doença e além disso por um período maior que as vacinas aquosas existentes no mercado.

Cumprida essa promessa, já em princípio de março do ano de 1982, chegava a Umuarama, o doutor Ivo Gomes, médico veterinário daquele Centro de Pesquisas, para fazer uma palestra aos técnicos, autoridades e pecuaristas sobre a vacina oleosa.

Nessa palestra tomamos conhecimento de todo o processo de fabricação, além das vantagens que esse tipo de vacinas tem sobre as convencionais.

Em 1960, o Centro Pan-americano de Febre Aftosa iniciou um programa de investigações com essa vacina da adjuvante oleosa.

Em 1971, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e Ministério da Agricultura, financiaram a construção de equipamentos necessários para a produção das vacinas em plano piloto.

Em 1972, passou-se da fase experimental ao nível de campo, onde se verificou conseguir uma satisfatória imunidade em rebanhos bovinos vacinados com uma dose anual apenas, e com uma segunda dose seis meses mais tarde em animais menores de dois anos de idade.

Em 1976, o Centro Pan-americano lançou um programa de vacina oleosa com a participação e apoio da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela; programa que incluía a vacinação de populações bovinas de magnitude significativa.

A partir de 1977, quatro projetos foram colocados em execução no Brasil: Valença, no Estado do Rio de Janeiro; Bagé, no Rio Grande do Sul; Roraima e Distrito Federal.

Entre 1970 e 1980 foram produzidas e distribuídas pelo Centro Panamericano mais de dois milhões e setecentas mil doses de vacina oleosa, com o objetivo de experimentar os efeitos desta vacina a nível de campo, onde foram vacinados setecentos e oitenta mil animais bovinos, em vacinações sistemáticas.

Para o desenvolvimento desses projetos o centro demonstrou possibilidade de produzir vacina de adjuvante oleoso de qualidade consistente em escala industrial. Durante a execução destes projetos, foi estabelecida a tecnologia necessária para a formulação, emulsificação e controle da vacina. Esta tecnologia está sendo transferida a laboratórios oficiais e particulares de produção industrial de vacina, assim como aos laboratórios oficiais responsáveis pelo seu controle.

Os estudos sorológicos realizados no projeto de Valença, no Rio de Janeiro, demonstraram que nos animais adultos a vacina oleosa aplicada anualmente induz níveis de anticorpos, pelo menos, tão altos como os produzidos pela vacina aquosa de hidróxido de alumínio, saponina, aplicada a cada quatro meses. Nos bovinos jovens o comportamento da vacina oleosa aplicada de cada seis meses foi superior à vacina aquosa.

Em nenhum dos projetos se observaram manifestações clínicas que pudessem sugerir fracassos de proteção proporcionados pela vacina, ainda que a ausência de evidências de exposição ao vírus não permitisse assegurar o contrário.

Em Bagé, no Rio Grande do Sul, onde os animais vacinados estiveram comprovadamente expostos maciçamente à infecção por febre aftosa, devido a ocorrência de uma severa onda epidêmica, as taxas de morbidade na população animal que havia recebido mais de uma vacinação, foram extremamente baixas.

Outras vantagens da vacina oleosa, deve-se à diminuição das operações de manejo pelo menor número de vacinações anuais e, conseqüentemente, um menor número de doses aplicadas.

Considerando-se altamente significativos os resultados globais obtidos, recomenda-se promover, a partir da ampliação dos projetos citados, a produção industrial e a aplicação maciça das vacinas de adjuvante oleoso nas áreas endêmicas de febre aftosa, com o objetivo de avaliar sua efetividade na redução do número de fontes latentes de infecção.

Estas são as conclusões a que chegaram os técnicos do Centro Pan-Americano de febre aftosa com sede no Rio de Janeiro, a respeito dessa nova vacina, no ano de 1981.

Entretanto, estamos chegando ao final do ano de 1983, e nada disso ocorre.

Estamos regressando da região em que tivemos a maioria dos votos das pessoas que confiam em nós, das quais nos tornamos representantes por direito e dever, e os reclamamos continuamente.

Não queremos injustiçar aqueles que nós ajudaram, produtores ou autoridades, mas é bom relatar aqui aos srs. que, após a vacinação pioneira, feita no Estado do Paraná, em nosso município de Umuarama, em março de 1982, apenas seis a sete mil doses dessa excelente vacina, como garantem os técnicos, aportaram a nossa região, contra um rebanho, quero repetir, de um milhão e quatrocentas mil cabeças.

É ridículo, srs. deputados, que uma região destacadamente pecuária como a nossa, receba apenas essa quantidade de vacinas desse tipo, e ainda mais a mim, foi dito pelos pecuaristas que o preço cobrado pelo produto é baseado em torno de cinquenta centavos de dólar, o que é outro absurdo.

Se essa vacina foi testada e aprovada por autoridades de competência e dedicação das instituições envolvidas nos projetos descritos, inclusive não só técnicos brasileiros, mas de outros países do continente americano, porque é que ainda não se vende em larga escala no comércio?

Por que, srs. deputados, se uma tecnologia está dominada e pronta para ser usada, experimentada que foi durante mais de doze anos, técnica descoberta a vinte e três anos, não é colocada à disposição dos pecuaristas interessados?

Por que, srs. deputados, não se permite que uma arma valiosa como esta, entre no combate a essa doença que vem causando incontáveis prejuízos à classe produtora do Paraná e do Brasil?

Por que é que essa vacina oleosa está sendo vendida aos criadores de suínos, embora a técnica, para a produção desta última, tenha se desenvolvido a partir da vacina para os bovinos?

A bovinocultura é tão importante como a suinocultura, mas está sendo discriminada. Talvez por interesses que não estão muito claros, deixa-se de trazer tão importantes benefícios à



nossa economia, pela inércia dos setores responsáveis, ou quem sabe, pela própria convivência?

Diante disso, cabe a nós os legítimos representantes das aspirações dos mais variados segmentos das atividades sociais e econômicas do Estado, levantar mais esta bandeira em prol daqueles que efetivamente trabalham e pouco falam; mas sofrem às duras penas, todos os impactos da própria natureza rude de suas atividades, além de ditames muitas vezes insensíveis e expúrios, por parte da já tão decantada tecnocracia.

Venho, da tribuna desta Casa, solicitar ao excelentíssimo sr. governador do Estado, José Richa, que através de ação pessoal, ou por intermédio da Secretaria da Agricultura, faça o encaminhamento de nossa preocupação aos competentes escalões do Ministério da Agricultura, do Ministério da Indústria e Comércio, para que em curto espaço de tempo, a pecuária brasileira e paranaense possa beneficiar-se com um produto da mais alta qualidade tecnológica, vindo de encontro às aspirações da classe pecuarista, que tem sofrido perdas muito grandes com a febre aftosa.

É bom que se diga que também são perdedores os governos municipais, estaduais e federal, uma vez que toda vez que doenças atacam os nossos rebanhos, são milhares de toneladas de carne, leite e todos os produtos derivados, perdidos pela mortabilidade ou morbilidade dos animais, inadequação dos produtos para o consumo da população.

Perdem também os governos, porque decorrente da insanidade dos nossos rebanhos, são bastante significativas as quedas que se verificam nas arrecadações tributárias.

#### SITUAÇÃO DE UMUARAMA

1. Estão sendo realizadas as vacinações em 15 propriedades, com aproximadamente 3 mil doses aplicadas. O município tem hoje mais de 2 mil propriedades e 330 mil bovinos.

2. Estas vacinas foram adquiridas pelos criadores através da Secretaria da Agricultura, no início do ano (gestão passada) e o Centro Pan-Americano cobrou na base de 0,50 cents, que na época saiu mais ou menos pela cotação do dólar, de 185 a 170 cruzeiros.

3. A dificuldade para aquisição é muito grande, pois o Centro Pan-Americano produz apenas para os seus programas especificamente, e na realidade não poderia vendê-las a nós; fez isso e não sei se continuará, apenas porque o dr. Raul, que é o diretor, ficou gostando muito da região e sensibilizou-se pelo programa na época. Além da quantidade produzida ser muito pequena, os criadores tiveram que pagar adiantado. Remetemos o dinheiro para Curitiba e daí para o Rio de Janeiro.

4. As vacinações foram realizadas:

1. — Entre abril e maio de 1982;

2. — entre outubro e novembro de 1982 (6 meses após);

3. — entre outubro e novembro deste ano de 1983.

Inclusive estão sendo aplicadas, nesta semana, as últimas doses, e ninguém sabe se haverá continuidade nesse trabalho, pois mudou toda a orientação.

5. Em termos de resultados não houve problema nenhum no município de Umuarama. Em outros municípios onde usaram a vacina (Iporã, Francisco Alves, Pérola, Cidade Gaúcha, Maria Helena, Cruzeiro do Oeste), todos os pecuaristas querem continuare ampliar para todo o rebanho.

6. Deve-se sugerir que a produção seja feita em larga escala, pelos laboratórios particulares, para baratear o custo das vacinas, pois o preço que o Centro Pan-Americano cobrou seria hoje entre 450 e 500 cruzeiros, enquanto que as vacinas convencionais hoje custam entre 45 a 50 cruzeiros; alguns laboratórios com partidas mais novas chegam até a 65 cruzeiros por dose.

O sr. Jorge Maia Filho — Vossa excelência permite um aparte?

(Assentimento) Quería aproveitar o apelo

de vossa excelência à Secretaria da Agricultura e ao Ministério da Agricultura, se vossa excelência assim o permitir, que dentro de poucos dias trarei um trabalho sobre a pecuária nesta Casa, que o Paraná, o pecuarista está incorrendo num erro muito grave e um prejuízo a curto prazo para o nosso rebanho.

O que está havendo é a matança indiscriminada das matrizes e até de novilhas de ano e meio a dois, nos frigoríficos do nosso Estado.

Então, eu queria pedir a vossa excelência que incluísse no seu apelo ao Ministério e à Secretaria da Agricultura, que verificassem e tomassem providências nos devidos frigoríficos para que parassem essa matança indiscriminada de matrizes e novilhas, sendo que, pelos dados que já temos coletados, não oficiais, mais ou menos no prazo de um ano e meio a dois, o Paraná não terá mais o boi suficiente para a sua matança e a manutenção do mercado interno.

Muito obrigado, nobre deputado.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Nós é que agradecemos o aparte do nobre companheiro, e para encerrarmos, queríamos deixar aqui, através desta Casa e deste pronunciamento, a situação de nossa cidade e de nosso município de Umuarama.

Para encerrar, sr. presidente, queríamos dizer que os países mais evoluídos do mundo, já erradicaram a febre aftosa por meio de métodos de extermínio, até em massa, nos animais atacados. Porém, dentro das nossas características geográficas, e mesmo das nossas condições sócio-econômicas, tal procedimento se tornaria até mesmo invável de ser colocado em prática.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta presidência tem a satisfação de anunciar a visita a este Poder, dos alunos da 8ª Série, do Colégio Arnaldo Janssen, de São José dos Pinhais, que se fazem acompanhar pelas professoras Maria Catarina Santos e Dirce Souza.

Consulto a Liderança do Partido Democrático Social, se fará uso do horário que lhe é destinado.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. RUBENS BUENO — Os primeiros quinze minutos, ao deputado Sabino Campos.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o sr. deputado Sabino Campos, por quinze minutos.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. presidente, srs. deputados (Lê): "Na campanha eleitoral de 15 de novembro passado, o PMDB defendeu uma nova visão de governo, de administração estadual e municipal, e que se baseia na participação do povo nas decisões políticas e administrativas visando a eliminação de chagas de nossa sociedade como o desemprego, o subemprego, a carestia, a fome e a ausência de liberdade e participação. Este novo estilo de governo, com prioridade para os problemas sociais e que se chocava frontalmente com a prática do PDS, foi referendado pelo voto popular. Venceu a democracia participativa.

Tratava-se então de enfrentar o grande desafio: tornar realidade eleitoral. Provar que a pregação eleitoral poderia ser viabilizada. E esta é uma tarefa gigantesca, muito mais difícil que desencastelar do poder o neysmo e o PDS, pois o Estado e os municípios encontravam-se em completa insolvência, devido a corrupção e incompetência de administração, persistia a completa centralização de arrecadação tributária nas mãos da União, deixando apenas migalhas aos municípios e ao Estado, forçando o governador, prefeitos, a adotarem a prática dos pedintes subservientes ao Poder Central; e o País já se encontrava mergulhado na maior crise econômica de nossa história,



crise gerada pelo governo militar ilegítimo e autoritário.

Os peemedebistas têm clareza de que é fundamental modificar o quadro nacional. Mas, não bastava e não basta ficar à espera das modificações ao nível do Poder Central para começar a aplicar as propostas vencedoras em 15 de novembro. Tratava-se de mobilizar os escassos recursos e o potencial disponível para provar que mesmo em condições adversas, e desde que apoiado na comunidade, voltando os recursos para os interesses coletivos e populares, o objetivo propagandeado seria atingido.

Justamente aqui começa a se destacar a experiência de participação comunitária do município de Toledo, tendo à frente como prefeito o peemedebista Albino Corazza Netto.

Como em todo o município brasileiro, Toledo sofre as consequências da crise nacional, a retração das atividades produtivas, o desemprego, a fome, as favelas e tantas outras mazelas do modelo econômico brasileiro.

Para enfrentar essas dificuldades a administração municipal, baseada em experiência anterior da Associação Comercial e Industrial do município, centrou seus esforços na implantação de uma prática de desenvolvimento de diversas atividades econômicas baseadas na participação da própria comunidade, com capital de moradores da cidade, empresários locais, trabalhadores, profissionais liberais, ou qualquer pessoa interessada em aplicar seu rendimento ou poupança na produção de bens.

O projeto pioneiro nasceu em 1980, na Associação Comercial e Industrial de Toledo. Pensando em aproveitar o couro dos bovinos abatidos no frigorífico da Sadia, estabelecido na cidade, um grupo de 54 pessoas, com capital de apenas 75 milhões de cruzeiros, sem o apoio da administração municipal anterior e enfrentando o descrédito de muitos, constituíram a INCOPESA — Indústria de Couros e Peles.

No espaço de apenas dois anos a empresa já exporta o produto para diversos países, tais como Itália, Estados Unidos e Canadá; emprega 100 trabalhadores e apresenta, neste ano, um faturamento superior a 1 bilhão de cruzeiros.

Do curtume veio a INCASA — Indústria de Calçados, com capital de 58 milhões integralizados por cerca de 70 acionistas, gerando 60 empregos diretos e já com a perspectiva de no próximo ano elevar a produção para 1.200 pares de calçados diariamente. A INCOBOLAS — Indústria de bolas, criada para utilizar mão de obra de menores abandonados e marginalizados, a INCALE, que produzirá sandálias, chinelos e cintos encontra-se em fase de implantação. E mais recentemente surgiu a INDUSCOURO, que produzirá cintos e bolsas e possui uma característica especial: é gerenciada e operada por cerca de 60 mulheres. A intenção da nova empresa é envolver na produção o maior número possível de mulheres. Pretende-se dar condições à mulher toledana de estar à frente da empresa, seja na gerência, na produção ou no desenho e criação de novos modelos.

A partir dos dejetos do curtume, como o sebo, implantou-se uma fábrica de sabão e detergentes. Surgiu a ONDINA, uma fábrica de embalagens plásticas que envolvem os fardos de couro curtido e esportados. Uma sapataria projetou-se fabricando botas de segurança e aproveitando as aparas de couro curtido. A partir dos excrementos de aves e suínos, foi montada uma fábrica de adubos orgânicos.

Agora o município decidiu incentivar e contribuir na instalação da indústria de pescado e na INCOELHOS, companhia que integrará produtores para a criação de coelhos, com vistas à comercialização da carne e vestuário de peles.

Todas essas iniciativas são completadas com um programa de indústrias caseiras, de fundo de quintal, capazes de abrigar um grande contingente de mão-de-obra sem exigir a contrapartida do capital. Recentemente a Associação de donas de casas de Toledo, em conjunto com a prefeitura e com o apoio de

ACARPA, organizou o programa de incentivos à indústria caseira. Neste programa as donas de casa que sabem fazer conservas, doces e outros produtos caseiros instalarão uma loja para a venda destes produtos, a exemplo do que se faz com o artesanato que fundou a Casa do Artesão, há quatro meses em funcionamento com atendimento ao público.

A prefeitura patrocina também cursos de bordado com máquina industrial, cujos resultados são imediatos. Após o primeiro curso, 80 máquinas foram vendidas para donas-de-casa, estimulando o mercado de confeções da cidade.

Hoje, o capital investido pelos toledanos nas indústrias comunitárias já atinge cerca de 2 bilhões de cruzeiros. Aproximadamente 500 novos empregos diretos foram criados apenas nas indústrias comunitárias, sem levar em conta os empregos indiretos gerados através de firmas individuais ou familiares, e através do incremento ao comércio local.

Mas a atividade comunitária não se restringe às indústrias. Em junho foi lançado o programa municipal de hortas caseiras, comunitárias e domésticas, com o objetivo de ocupar cerca de 2 mil lotes baldios. Os proprietários são estimulados a colocá-los à disposição das pessoas interessadas em plantar. Busca-se também estimular a organização popular, através de associações de bairros, para que estas Associações possam fundar as suas hortas comunitárias. Todos recebem orientação técnica para o plantio. As famílias carentes recebem gratuitamente as sementes.

Atualmente, as hortas comunitárias e domésticas já são uma realidade palpável, que se faz sentir de forma concreta em dezenas de quintais de famílias de baixa renda.

Diante desse quadro que conduzirá Toledo a brevemente se tornar num dos principais parques industriais do Paraná e hoje politicamente projeta a cidade inclusive a nível nacional a pergunta que vem a todos é: por que Toledo está dando certo?

São três os motivos básicos:

Primeiro. Os políticos e administradores do município acreditam na força do povo, na força da comunidade. Não temem a organização popular. Pelo contrário, acreditam que só a participação coletiva e organizada do povo pode produzir transformações profundas na estrutura política e econômica da cidade. Por esse motivo, o povo toledano não só acredita nos seus líderes, mas também participa e luta para que os empreendimentos no qual está envolvido, seja viabilizado. O povo participa e interfere como elemento ativo.

Segundo. Toledo entendeu que desenvolvimento só é possível com investimentos em atividades produtivas, que geram empregos e riquezas. Parcela importante dos toledanos aplicam suas poupanças e rendimentos nas atividades produtivas comunitárias e não adotam a prática comum no Brasil de aplicação na especulação financeira incentivada pelo regime militar e que só desorganiza a economia nacional, gerando recessão, inflação e desemprego.

Terceiro. Toledo aprendeu que deve caminhar com as próprias pernas explorando os recursos e as riquezas próprias da região, sem dependência e ingerência dos grandes grupos econômicos e das multinacionais que castram a iniciativa dos pequenos, do povo, conduzindo ao monopólio. Mas, a ajuda externa não é dispensada, desde que não interfira nos rumos e na orientação adotada pelo município. Assim, é de grande importância o recente convênio entre o Ministério da Indústria e Comércio, a Secretaria da Indústria e Comércio do Estado, o BADEP e a Prefeitura de Toledo, que prevê a concessão de 70 milhões de cruzeiros para apoio à formação de pessoal nas áreas de gestão financeira, marketing, tecnologia e administração geral; promoção de serviços de extensão tecnológica e comercial às empresas comunitárias.

Sr. presidente, srs. deputados. Estas são as razões do sucesso crescente da experiência comunitária de nossa cidade. Mas,

elas podem ser resumidas apenas em uma: Toledo deu certo porque aplica uma política econômica que é a antítese do modelo econômico aplicado pelo regime militar.

Por esse motivo é que Toledo será sede e vanguardeará o I Fórum Nacional de Debates sobre Experiências de Participação Comunitária a ser realizado de 10 a 14 de dezembro.

Nos dias 10 e 11 será apresentado e discutido a experiência de Toledo. Nos dias 13 e 14 o debate ocorrerá em nível nacional, com destaque para experiências comunitárias ocorridas em Lajes, Santa Catarina, Piracicaba, São Paulo e Boa Esperança, Espírito Santo".

Nós aproveitamos a oportunidade, para convidarmos, sr. presidente, srs. deputados, todos os companheiros deputados desta Assembléia, para que participem deste debate lá em Toledo, para que consigam ver as experiências lá desenvolvidas e desenvolvidas em todo Paraná e no Brasil, para que realmente unidos possamos sair desta recessão que o Brasil está hoje. (Lê):

"O objetivo deste fórum será de levantar, divulgar e avaliar as experiências sobre participação comunitária e democrática participativa; incentivar a busca de alternativas comunitárias para os problemas locais, avaliar o estilo do governo implantado em Toledo e definir novas diretrizes de ação; estabelecer os limites de ação do poder local, inserindo-o no contexto nacional, para determinar a permanente mobilização popular na luta pela mudança estrutural da sociedade brasileira.

Sr. presidente, srs. deputados. Diante da importância deste acontecimento, propomos a esta Casa que aprove moção de apoio ao evento e à experiência toledana, a ser enviada à prefeitura municipal, pois sem dúvida o acontecimento apresentará grandes contribuições na busca de alternativas para os municípios, para o Paraná e para o Brasil".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário restante.

Com a palavra o sr. deputado Nelson Vasconcellos, por cinco minutos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Sr. presidente, srs. deputados.

Fato dos mais significativos, registro perante esta Casa, a sra. Arlete Richa e sua secretária executiva, sra. Maria Antonieta, em nome e ação da Provopar transferiu recursos que devem amparar os ilhéus do Rio Paraná.

O Porto Figueira do município de Umuarama, recebeu 27.949 mil cruzeiros para construção de 80 casas, o Porto Camargo, município de Icaraíma, recebeu a importância de 11 milhões, 179 mil cruzeiros para construção de 32 casas. Porto Iara, no Município de Altônia, 22 milhões, 707 mil, para construção de 65 casas e para Terra Roxa, 18 milhões, 165 mil para construção de 52 casas.

O ato se revestiu da maior importância, destacando-se as de ilustres presenças do sr. secretário de Assuntos Comunitários, dr. Antenor Bonfim, do sr. secretário do Interior, deputado Nelson Friedrich, do sr. secretário de Segurança, Luiz Felipe Haj Mussi, do sr. diretor do ITC, João Cabral, do deputado estadual Sabino Campos, dos srs. prefeitos municipais de Umuarama, Antônio Romero Filho, de Altônia, Dr. Jonas Xavier, de Icaraíma, sr. João de Paula, de Terra Roxa, sr. José Teixeira Filho, como deputado representante dos municípios de Umuarama, Icaraíma, e Altônia, e do deputado Sabino Campos, representante de Terra Roxa, interessados na posição dos ilhéus do Rio Paraná, deixo registrado nesta Casa a gratidão que por certo aquelas populações sofridas conduzirão em si, agradecendo o governo José Richa, em especial, o voluntariado da Provopar, que muito trabalhou em prol dos ilhéus.

Queremos aqui também deixar registrado que esta verba,

que foi fruto do trabalho, das voluntárias da Provopar, que, sensibilizadas, com o sofrimento daquela população ribeirinha, que há muitos meses vem vivendo embaixo de lonas plásticas, numa vida subumana. Em meu nome, em nome do deputado Sabino Campos, o nosso agradecimento à Provopar, em especial à sra. Arlete Richa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra, o sr. deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. presidente, srs. deputados (Lê):

"Todas as atividades desenvolvidas pelo homem no decorrer de sua existência, suas conquistas e seus malogros sempre se vieram a refletir posteriormente, como consequência do curso natural da História, nas gerações que se seguiram.

Deste modo, o meio ambiente não poderia fugir à regra, refletindo agora, às quase sempre negativas e depredatórias atividades desenvolvidas pelo homem no seu contexto, em favor do progresso tecnológico; a situação do meio ambiente em uma determinada região, é, assim, decorrente de processos históricos de ocupação e utilização desse território.

Atualmente, radicalmente modificado em relação à configuração original, o ambiente transformado pelo homem por suas atividades urbanas, industriais e agrícolas, vem apresentando uma nítida diminuição de suas potencialidades.

No Paraná, entre outros processos de caráter agressor da natureza, como a poluição da tecnologia química alterando o perfil das culturas, o que mais sobressai é o uso inadequado do solo, provocando graves desequilíbrios bioclimáticos e contribuindo de modo decisivo ao êxodo das populações rurais.

A utilização do solo paranaense, desde o início da colonização, sempre se voltou para preocupações de caráter imediatista político-econômico, em detrimento de uma mentalidade conservacionista de seus potenciais. Por esse motivo, essa colonização verificou-se em um solo extremamente fértil, porém altamente susceptível ao processo erosivo, devido à sua própria configuração geológica.

O resultado desta prática é que num espaço de tempo relativamente curto, o que a natureza levou milhares de anos para formar, perdeu o solo sua camada mais fértil, ficando desprotegido de sua milenar cobertura (onde se acumulam as matérias orgânicas e minerais), encontrando-se algumas regiões em estágio de pré-desertificação.

A este processo erosivo, que por si só já representa um efeito alarmante decorrente do uso indiscriminado do solo, acrescenta-se o perigo que representa para a população este mau uso, pois a camada arável é carregada para os rios, arrastando consigo pesticidas e adubos, constituindo-se em fator de poluição dos cursos de água.

Somente agora, após um processo depredatório de solo, que teve seu início na década de 40, começa a reação a esta situação, através da ação da Secretaria de Estado da Agricultura, ação esta que visa a recuperação do ambiente com vistas à melhoria da qualidade de vida da população. Segundo as diretrizes adotadas por aquela Secretaria o combate ao processo erosivo se dará em três etapas, respectivamente o estancamento do processo destrutivo, reconstituição do ambiente através de processo de recuperação, e o combate às fontes agressoras da natureza.

Na consecução destes objetivos, é indispensável a mobilização e participação comunitária, na qualidade de principal interessada na conservação do meio ambiente rural, evitando-se o baixo desempenho produtivo e o relativo desinteresse por este meio.

A proposta da Secretaria da Agricultura, visando a implantação do uso e manejo adequado do solo, com a sua preservação permanente, está tomando corpo através do Programa de Manejo Integrado dos Solos do Paraná, o qual conscientiza o

produtor rural para um correto planejamento da unidade produtiva. Através de práticas conservacionistas será controlada a erosão do solo, o que diminuirá por consequência a poluição nos cursos de água, e evitará em grande parte o assoreamento dos mesmos.

O projeto, a ser desenvolvido no período compreendido entre 1983 e 1986 entre outras atividades desenvolvidas com a participação de Entidades, identificará micro-bacias a nível de cada município.

(OBS: MICRO BACIA — conjunto de propriedades rurais que contribuem para o escoamento superficial das águas das chuvas, para um determinado canal (córrego, riacho, rio).

Um dos exemplos mais concretos da instalação de projetos de restauração do solo, é o Projeto da Micro Bacia Hidrográfica do Rio Lageado, no município de Mamborê.

Devido a corrida do homem em busca de melhores rendas, e incentivados pela compra de terras novas de alta fertilidade, além do incentivo à produção e exportação, a exemplo do que ocorreu em quase todo o Estado, houve uma desordenada ocupação de terras neste município, o que ocasionou o extermínio total de muitas espécies de fauna e da flora, ali antes existentes. A degradação do solo tornou-se uma constante, e a eliminação das florestas levou ao constante assoreamento dos rios.

Diante deste fato, houve um interesse por parte dos produtores residentes no município de Mamborê, para solucionar os problemas da erosão. A pequena dimensão da Micro-Bacia do Rio Lageado, permite desenvolver um trabalho de restauração eficiente e com resultados a curto e médio prazo, que deverão servir de efeito demonstração para futuras implantações.

Os resultados aguardados são a melhoria da produtividade das terras, o aumento percentual de cobertura florística, a eliminação de voçorocas nas estradas, e a restauração das condições de fatalidade do Rio Lageado, que será conseguida através de culturas marginais de pouca utilização de agrotóxicos.

A malha rodoviária que serve a Micro-Bacia, que atualmente é de 45 km, terá a construção de travessieiros em 40 km do seu traçado.

A execução deste promissor empreendimento, que beneficiará aproximadamente 30 proprietários, estará a cargo dos grupos técnicos que vem desenvolvendo trabalhos de campo, grupos estes compostos pelos técnicos da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda (COMCAM), Emater/Acarpa e ITC Reflorestamento, além do apoio da Prefeitura Municipal de Mamborê e da Câmara de Vereadores, além de diversas outras entidades.

A coordenação e execução do Projeto caracterizarão, nas reuniões com os agricultores, que os benefícios serão gerados sempre a partir da iniciativa e interesse dos mesmos, pretendendo-se deste modo, dotar o projeto com características essencialmente comunitárias.

Se até agora inexistia uma política de preservação do meio ambiente, uma gravíssima lacuna com consequências das mais danosas que urgiam suprimir, através do presente Programa de Manejo Integrado dos Solos, e com o apoio de toda a comunidade, começa a surgir a esperança de recuperação do meio ambiente do nosso Estado".

O sr. Paulo Furiatti — Vossa excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre deputado Rubens Bueno, vossa excelência acompanha e eu parabeno vossa excelência, por este pronunciamento. Porque vossa excelência já deu uma demonstração de preocupação quando apresentou à Casa um projeto de lei que regula os agrotóxicos do Estado do Paraná. E tenho conhecimento do apoio político que está sendo dado na sua região em Ubatã e Campo Mourão para o trabalho e preservação dos mananciais de nossa terra.

A erosão está sendo contida neste Estado, sem sombra de dúvidas, pelas diretrizes e pelo trabalho da Secretaria da Agricultura.

Mas, sobretudo, encontra estas diretrizes numa ação específica do apoio político que vossa excelência está dando a este projeto.

Conheço o trabalho de Ubatã e conheço o trabalho de Campo Mourão, é uma das coisas mais importantes que está se fazendo neste País, porque aquelas camadas de solo, aqueles centímetros férteis, a nossa riqueza que estavam a cair nos rios e a entupir as nossas bacias, hoje sofrem um processo de estancamento.

E eu não posso deixar de, hoje, parabenizar a Secretaria da Agricultura por este trabalho, mas sobretudo parabenizar vossa excelência por este apoio político irrestrito a uma situação que iremos no governo do PMDB reverter em favor do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço o aparte de vossa excelência, com muito gosto, e vossa excelência conhece muito bem o problema da nossa microrregião de Campo Mourão. Lá, sob a orientação do núcleo regional da Secretaria da Agricultura, e responsabilidade do sr. dr. Ricardo Accioly Calderari, se vem dando total cobertura às micro-bacias que estão sendo implantadas em toda a microrregião, destacadamente a de Campo Mourão e a de Ubatã.

O sr. Sabino Campos — Vossa excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Quero parabenizá-lo por trazer à tribuna este assunto, nobre deputado, que realmente é uma grande preocupação do governo José Richa no que se refere à conservação de solo do Paraná e, principalmente, a conservação do meio ambiente.

E queria também, aproveitar para registrar aqui que no nosso município de Toledo, e na região oeste do Paraná, está grandemente adiantado este trabalho. Só no município de Toledo, nós temos hoje, este trecho iniciado neste ano, mais de 30 mil hectares, já com micro-bacias.

Isto vem, realmente, conservar o solo e, principalmente, conservar também as estradas barateando com isso para o município a sua conservação.

Então, nobre deputado, isso é uma grande preocupação e creio que apoiado por todos os parlamentares desta Casa indistintamente de partido, nós conseguiremos conservar este solo para que as futuras gerações venham ter alimentação necessária para se manter.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Ao agradecer o aparte do nobre deputado, temos esperança de que o Paraná será uma grande micro-bacia e com isso teremos a ganhar toda a população deste Paraná e a produção desta grande terra.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 srs. deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo sr. deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando os srs. deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, referente ao Jogo do Bicho. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência na votação do Projeto de Lei n.º 187/83, constante da Ordem do Dia de hoje. — Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência na

votação acima aprovado:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 187/83 (Mensagem n.º 121/83), que altera dispositivos da Lei n.º 7547, de 10/12/81, que dispõe sobre a estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça e dá outras providências. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.º 187/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica transformado o cargo de provimento em comissão de Chefe do Cerimonial, símbolo DAS-5, em Supervisor do Centro de Processamento de Dados, com o mesmo símbolo, passando a integrar a Tabela I do Anexo I, da Lei n.º 7547/81.

Art. 2.º — Ficam extintos os cargos de provimento em comissão de Eletrotécnico, símbolo 3-C, de Supervisor de Transporte e Manutenção, símbolo 3-C e de Zelador, símbolo 4-C, previstos na Tabela I, dos Anexos III, II, e IV, da Lei n.º 7.547/81.

Art. 3.º — Os cargos de Secretário Jurídico de Desembargador, constantes na Tabela I, do Anexo I, da Lei n.º 7.547/81, passam a denominar-se Secretário de Desembargador.

Art. 4.º — Os cargos de provimento em comissão de Diretor de Departamento, Diretor de Gabinete do Presidente e de Secretário do Presidente, previstos na Tabela I, Anexo I, da Lei n.º 7.547/81, passam a ter a simbologia constante do Anexo desta Lei.

Parágrafo Único. O cargo de Supervisor da Assessoria de Recursos, previsto na Tabela I, do Anexo I, da Lei n.º 7.547/81, passa a denominar-se ao Diretor da Assessoria de Recursos, com a simbologia constante do Anexo desta lei.

Art. 5.º — Fica transformado um cargo de provimento efetivo de Desenhista, nível PJ-TJ-8, em um cargo de provimento efetivo de Arquiteto de nível PJ-TJ-5, ficando resguardado ao ocupante daquele cargo o direito de optar pelo novo, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que compoer ter o nível profissional exigido para o mesmo.

Art. 6.º — Os cargos de provimento em comissão de Assessor Judiciário, Assessor Patrimonial, Assessor Econômico e Financeiro, Assessor Jurídico-Administrativo e Assessor Especial do Presidente, constantes da Tabela I, do Anexo II, da Lei n.º 7.547/81, passarão a integrar a Tabela I, do Anexo I, da mesma lei, com a simbologia DAS-5.

Art. 7.º — O Art. 14, da Lei n.º 7.547/81, passa a ter um parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. Os vencimentos do extinto cargo isolado de provimento efetivo de Diretor Secretário do Tribunal de Justiça, ficam fixados de acordo com a Tabela E, do Anexo V, da Lei n.º 25, de 23 de abril de 1963, no seu valor atual correspondente, que será reajustado na mesma proporção e oportunidade em que o forem os do funcionalismo em geral.”

Art. 8.º — Fica incluída na Tabela III, do Anexo VI, da Lei n.º 7.547/81, a gratificação de produtividade correspondente a Programador de Computador, no valor de Cr\$..... 47.338,00 (quarenta e sete mil, trezentos e trinta e oito cruzeiros).

Art. 9.º — A vantagem prevista no art. 4.º, da Lei n.º 7.547/81, será atribuída em dobro aos ocupantes de cargo de Assessor-Jurídico, em face da incompatibilidade com o exercício da advocacia, prevista no art. 82, da Lei n.º 4.215, de 27 de abril de 1963.

Art. 10 — A vantagem de que trata o parágrafo único do art. 12, da Lei n.º 7.547/81, integrará os proventos de inatividade dos seus beneficiários

Art. 11. Fica extinta a gratificação de função de Chefe Setor prevista na Tabela II, do Anexo VI, do art. 12, da Lei n.º

7.547/81, a alínea “c”, do inciso II.

Art. 13 — Os níveis 4, 5, 6, 7 e 13 da Tabela XII, do Decreto n.º 1.165, de 08 de junho de 1983, passam a ter os seus valores idênticos àqueles constantes da Tabela XIV, do mesmo Decreto, referente ao pessoal efetivo da Assembléia Legislativa ao Tribunal de Contas.

Art. 14 — Os cargos de provimento efetivo de Assistente de Administração e de Economista nível PJ-TJ-5 e 6, existentes na Tabela II, do Anexo I, da Lei n.º 7.547/81, passa a ser respectivamente, níveis PJ-TJ-4 e 5.

Art. 15 — Fica revogada a Lei n.º 6.508, de 13 de dezembro de 1973, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 4.766, de 14 de dezembro de 1973, na parte pertinente ao Pessoal Suplementar do Poder Judiciário.

Art. 16 — O Quadro de Pessoal efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, passa a ser o constante do Anexo I, da presente lei.

Art. 17 — A denominação e classificação dos cargos e grupo ocupacional a que pertencem, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser as constantes dos Anexos II, III, IV e V.

Art. 18 — Os atuais ocupantes do cargo de Consultor Legislativo “A”, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I, Classe A - Referência I.

I - Os ocupantes dos cargos de Consultor Legislativo “B” e “C”, Consultor Administrativo “A” e Secretário de Comissão “A”, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I, Classe B — Referência I;

II - Os ocupantes dos cargos de Consultor Administrativo “B”, Secretário de Comissão “B” e “C”, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I, Classe C — Referência I;

III - Os ocupantes dos cargos de Assessor Legislativo “A” e “B”, Assessor Administrativo “A” e “B” e Assistente de Comissão “A” e “B”, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo CL-I, Classe D — Referência I.

Art. 19 — Os atuais ocupantes dos cargos de Médico e Dentista, ficam classificados da seguinte forma, nos termos do Anexo III.

I - Os ocupantes do cargo de Médico “A”, ficam classificados no Cargo de Médico I — Classe Referência I;

II - Os ocupantes do cargo de Médico “B”, ficam classificados no cargo de Médico I, Classe B - Referência I;

III - Os ocupantes do cargo de Médico “C”, ficam classificados no cargo de Médico I, Classe C, Referência I;

IV - Os ocupantes do cargo de Dentista “A”, ficam classificados no cargo de Dentista, Classe A — Referência I;

V - Os ocupantes do cargo de Dentista “B”, ficam classificados no cargo de Dentista I, Classe B — Referência I.

Art. 20 — Os atuais ocupantes dos cargos de Taquígrafo “A” e “B”, ficam classificados nos cargos de Taquígrafo TA-3, Classes A e B — Referência I, respectivamente.

Art. 21 — Os atuais ocupantes dos cargos de Oficial Legislativo “A”, “B”, “C” e “D”, ficam classificados nos cargos nos de Oficial Legislativo OL-4, Classes A, B, C e D - Referência I - respectivamente nos termos do Anexo V.

Art. 22 — Os atuais ocupantes dos cargos de Secretário de Comissão "A", sem formação universitária, permanecerão nesta situação com seus vencimentos calculados na Classe C — Referência I — de Consultor Legislativo, extinguindo-se os respectivos cargos ao vagarem.

Parágrafo Único — Os atuais ocupantes de cargos de Auxiliar de Comissão, que tenham as mesmas atribuições e responsabilidades dos ocupantes do cargo de Secretário de Comissão, cometidas pelo Decreto Legislativo n.º 150/82, que, na data da publicação desta lei, exerçam funções de Secretário de Comissão há mais de 3 (três) anos, designados por Decreto Legislativo, terão os seus cargos transformados em cargos de Secretário de Comissão "A", de conformidade com este artigo, extinguindo-se os respectivos cargos ao vagarem.

Art. 23 — Os vencimentos dos funcionários da Assembléia Legislativa, serão fixados para cada classe com base no vencimento do cargo de Consultor Legislativo — CL I — Classe A, Referência I, observando os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo I, desta lei.

Parágrafo Único. O vencimento mensal do cargo de Consultor Legislativo CL-I — Classe A, Referência I, é fixado em Cr\$ 241.470,00 (duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e nove cruzeiros).

Art. 24 — O funcionário promovido horizontalmente, perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2% (dois por cento) na referência II; 4% (quatro por cento), na referência III e 6% (seis por cento) na referência IV, calculados sobre o valor do vencimento mensal do cargo de Consultor Legislativo CL-U — Classe A, referência I.

Art. 25 — A elevação do funcionário à referência ou à classe imediatamente superior aquela que pertencer, dentro da mesma série de Classe, bem como o ingresso na inicial, será regulamentada por Resolução, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional, que será apresentada no prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação da presente lei.

Parágrafo único. Abrir-se-á concurso interno de seleção entre os atuais servidores da Assembléia Legislativa para o provimento dos cargos remanescentes somente após a classificação dos funcionários que preencham os requisitos deste artigo.

Art. 26 — a Comissão Executiva promoverá por Decreto Legislativo, dentro de 30 (trinta) dias, o enquadramento dos funcionários efetivos do Quadro de Pessoal, à sistemática ora instituída, na forma do disposto nesta lei.

§ 1.º — O funcionário que não estiver no efetivo exercício das funções inerentes ao seu cargo no órgão administrativo da lotação original, salvo na estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa, não será enquadrado nos termos dessa lei, até que regularize sua situação funcional, ressalve-se ainda os funcionários enquadrados no art. 128, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, e ainda os que prestam serviço na administração indireta do Governo do Estado do Paraná.

§ 2.º — Fica vedado o pagamento de gratificação a qualquer título, aos funcionários que não estiverem no efetivo exercício das funções inerentes ao seu cargo, no órgão administrativo de lotação original, ressalvados os casos previstos no artigo anterior.

Art. 27 — Os 30 (trinta) cargos de Consultor Legislativo CL-I, Classe D, Referência I, atualmente vagos, ficam transformados em 13 (treze) cargos de Procurador, com vencimentos fixados no percentual de 106% (cento e seis por cento) do valor fixado no parágrafo único do artigo 8.º, em 17 (dezessete)

cargos de Oficial Legislativo — OL — 4 Classe D, Referência I.

Parágrafo Único — Os cargos de Procurador de que trata este artigo, serão preenchidos pelos funcionários classificados no cargo de Consultor Legislativo — CL-I, Classe A, ressalvadas as disposições do artigo anterior.

Art. 28 — Ficam criados no Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, 6 (seis) cargos de Jornalista - 2, Classe A, Referência I, e 4 (quatro) cargos de Redator — 2, Classe A, Referência I, a serem preenchidos por concurso público.

Art. 29 — Ficam criados 10 (dez) cargos de Técnico Legislativo, portadores de Diplomas de Cursos Técnicos de segundo grau.

Art. 30 — Ficam criados 6 (seis) cargos de Taquígrafo TA-3, Classe B, Referência I, a serem preenchidos por concurso público.

Art. 31 — Ficam extintos 3 (três) cargos vagos de Médico, "C" - nível 6

Art. 32 — Os dispositivos desta lei aplicam-se ao Pessoal Inativo, cujo enquadramento será efetuado através de Decreto Legislativo.

Art. 33 — Ficam mantidos os requisitos e condições estabelecidos para o provimento de cargos em Comissão do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 34 — O funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa que exerceu ou esteja em exercício de mandato de Deputado Estadual e Federal será enquadrado no cargo de Procurador transformado pelo artigo 27, desta lei.

Art. 35 — As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão à conta dos orçamentos específicos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

Art. 36 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

# ANEXO

N.º	Denominação do Cargo	Simbologia
05	Diretor de Departamento	DAS — 3
01	Diretor de Gabinete do Presidente	DAS — 3
01	Diretor da Assessoria de Recursos	DAS — 3
01	Secretário do Presidente	DAS — 4

ANEXO I (Art. 16)

Regime de Classe	Classe	Referência	Percentual
CL-1	A	I	100,00
CL-1	B	I	94,00
CL-1	C	I	88,00
CL-1	D	I	82,00
J-2	A	I	76,00
R-2	A	I	76,00
TL-3	A	I	70,00
TA-3	A	I	70,00
TA-3	B	I	64,00
Dentista/Médico	A	I	82,00
Dentista/Médico	B	I	76,00
Dentista/Médico	C	I	70,00
ML-4	A	I	58,00
ML-4	B	I	52,00
ML-4	C	I	46,00
ML-4	D	I	40,00

GRUPO OCUPACIONAL: ASSESSORAMENTO E ATIVIDADES SUPERIORES

ANEXO II (Artigo 18)

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Cargos	Nível	Ocupantes	Cargos	Classe/Referência	Ocupantes
Consultor Legislativo - A	1	13	Consultor Legislativo CL-I	A-I	13
Consultor Legislativo - B	2	16			
Consultor Legislativo - C	3	18			
Consultor Administrativo-A	3	06	Consultor Legislativo CL-I	B-I	46
Secretário de Comissão - A	3	06			
Consultor Administrativo-B	4	02			
Secretário de Comissão - B	4	04			
Secretário de Comissão - C	5	05	Consultor Legislativo - CL-I	C-I	11
Assessor Legislativo - A	6	48			
Assessor Legislativo - B	7	30			
Assessor Administrativo - A	6	08			
Assessor Administrativo - B	7	10			
Assistente de Comissão - A	6	10			
Assistente de Comissão - B	7	14	Consultor Legislativo CL-I	D-I	120
			Jornalista - 2	A-I	06
			Redator - 2	A-I	04

**ANEXO III (Artigo 19)**  
**GRUPO OCUPACIONAL DE NÍVEL SUPERIOR**

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Cargos	Nível	Ocupantes	Cargos	Classe/Referência	Ocupantes
MÉDICO – A	4	2	MÉDICO – I	A-I	2
MÉDICO – B	5	2	MÉDICO – I	B-I	2
MÉDICO – C	6	7	MÉDICO – I	C-I	7
DENTISTA – A	5	1	DENTISTA – I	A-I	1
DENTISTA – B	6	2	DENTISTA – I	B-I	2

ANEXO VI (Artigo 21)					
Cargos	Nível	Ocupantes	Cargos	Classe/Referência	Ocupantes
TAQUIGRAFO – A	8	7	TÉCNICO LEGISLATIVO TL-3	A-I	10
TAQUIGRAFO – B	9	2	TAQUIGRAFO TA-3	A-I	07
			TAQUIGRAFO TA-3	B-I	08

ANEXO V (Artigo 21)					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Cargos	Nível	Ocupantes	Cargos	Classe/Referência	Ocupantes
Oficial Legislativo – A	11	114	Oficial Legislativo OL-4	A-I	114
Oficial Legislativo – B	12	30	Oficial Legislativo OL-4	B-I	40
Oficial Legislativo – C	13	63	Oficial Legislativo OL-4	C-I	63
Oficial Legislativo – D	14	09	Oficial Legislativo OL-4	D-I	09



Passaremos à apreciação do restante da matéria constantes da Ordem do Dia.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei Complementar n.º 45/83, que dá nova redação ao art. 171, da Lei n.º 6.174, de 16/11/70. (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).  
— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 45/83**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**DECRETA:**

Art. 1.º — O artigo 171, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 171. Ao funcionário que completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se do sexo feminino, ou 30 (trinta) anos de serviço se do sexo masculino, será acrescido seus vencimentos em 5% (cinco por cento), por ano excedente, até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento).”

Parágrafo único. O benefício do presente artigo, terá vigência a partir da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, nos termos do artigo 75, item I, alínea “a” da Constituição do Estado do Paraná, reajustando-se os proventos do funcionário do sexo feminino já aposentado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 112/83, (Mensagem n.º 118/83) que aprova, com ressalvas, nos termos do disposto na Lei n.º 5982, de 04/08/69, o Plano Geral do Governo do Estado, consubstanciado no documento “PARANÁ — PLANO DE AÇÃO 1984/1987”. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 112/83**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica aprovado, com ressalvas, nos termos do disposto na Lei n.º 5.982, de 04 de agosto de 1969, o Plano Geral do Governo do Estado, consubstanciado no documento “PARANÁ PLANO DE AÇÃO 1984/1987”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 186, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao “Sr. TORAO TOMITA”. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 116).**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 90/83, (Mensagem n.º 94/83, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, aditados em 19/03/82 e 31/03/82, objetivando aplicação de Recursos Financeiros da Comec, na execução de obras de interesse metropolitano. — **Aprovado**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 90/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos datados de 30 de junho de 1983 a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e os municípios de Balsa Nova n.º 21/82, 19/03/82 e Contenda n.º 26/82, 31/03/82, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — Comec, na execução de obras de interesse metropolitano.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente.

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 91/83, (Mensagem n.º 101/83) que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — Prosafras, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 91/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios adiante mencionados, Catanduvas, Jandaia do Sul, Jacarezinho e Mirador, datados de 06/05/83; Japira, Nova Fátima e Tomazina, datados de 09/05/83; Cambará, Guapirama, Medianeira, Pranchita, São João, Santo Antônio do Sudoeste, Sertãoópolis e Uniflor, datados de 04/06/83, objetivando adoção conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — Prosafras, no exercício de 1983.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 92/83, (Mensagem n.º 96/83), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras — Prosafras, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 92/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios de ATALAIA, n.º 114/83, PITANGA, n.º 111/83, datados de

06 de maio de 1983, NOVA CANTU n.º 01/83, datado de 09 de maio de 1983, BARBOSA FERRAZ, n.º 101/83, IVATUBA n.º 197/83, NOVA AURORA n.º 216/83, PÉROLA n.º 237/83 e SABÁUDIA n.º 240/83, datados de 04 de junho de 1983, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — "Prosafas", no exercício de 1983.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204/83, de autoria do deputado ACIR MEZZADRI, que autoriza o PODER EXECUTIVO isentar a "FUNDAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO INDIGENTE — FREI", das taxas de energia elétrica, água e saneamento, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — da Proposição n.º 101/83, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do deputado ANIBAL KHURY, acrescentando letra "c", com redação que especifica, ao parágrafo único do art. 74 da Constituição Estadual. (Aposentadoria de Funcionários com mais de 15 anos de Serviço Público). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO, por unanimidade.— **Aprovado.**

#### PROPOSIÇÃO N.º 101/83 EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Acrescente-se ao parágrafo único do art. 74 da Constituição Estadual:

"c) para o funcionário que, contando com mais de 15 anos de serviço público, opte pela aposentadoria com proventos proporcionais.

Sala das Sessões, em

(a) ANIBAL KHURY

**Apoio em folha anexa.**

#### JUSTIFICATIVA:

A emenda constitucional ora apresentada tem como finalidade permitir a aposentadoria proporcional àqueles funcionários que, contando com mais de quinze anos de serviço não tenham mais interesse em permanecer vinculados à administração pública, facultando-lhes, sem prejuízo de tempo em que prestarem serviço ao Estado, o seu retorno à iniciativa privada.

A justeza da medida reflete-se no reconhecimento do Estado ao tempo de serviço que lhe foi dedicado e na justa remuneração pelo tempo mínimo de 15 (quinze) anos que lhe foi prestado e, por outro lado, na economia que iria acarretar aos cofres públicos com a depuração decorrente no funcionalismo público estadual, permitindo a passagem para a inatividade de funcionários que, sem qualquer motivação pelo serviço público, a ele se vissem atrelados apenas para não desperdiçar o tempo já contado para a aposentadoria.

Por outro lado, e não menos atrativo para os interesses do Estado, o remanejamento judicioso das vagas assim criadas viria, sem dúvida, proporcionar uma injeção de sangue novo na administração, estadual, que, em muitos casos, tem o seu quadro prematuramente envelhecido e desatualizado.

Nestas condições, contamos com o indispensável apoio dos nobres senhores deputados.

#### **Apoio em:**

Nestor Baptista

Fiori Luiz

Leônidas Chaves

Roberto Requião

Homero Oguido

Francisco Escorsin

Paulo Furiatti

Eduardo Baggio

Nelson Vasconcellos

Nilso Sguarezi

Orlando Pessuti

Tuguio Setogutte

Edgard Pimentel

Artagão Mattos Leão

Odeni Mongruel

Pérides Pacheco

Werner Wanderer

Augusto Carneiro

Ezequias Losso

Jorge Maia Filho

Djalma de Almeida Cesar

Caíto Quintana

Erondy Silvério

Gabriel Manoel

Tércio Albuquerque

Ervin Bonkoski

Rubens Bueno

Sérgio Spada

Mário Pereira

Acir Mezzadri

Hermas Brandão

Traiano Bastos.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO N.º 101/83

A Proposição n.º 101/83 trata de proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do nobre deputado Anibal Khury, vendo por objetivo facultar ao funcionário público estadual, que conte com mais de 15 (quinze) anos de serviço público, aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

A redução do prazo para aposentadoria não é instituto novo na Constituição Estadual, visto que o parágrafo único do art. 74, ao qual se acrescenta o inciso proposto, já trata da matéria.

A novidade vem do fato que, ao se permitir ao funcionário que, descontente com a sua situação atual, pretenda através de sua aposentadoria precoce, iniciar uma nova atividade na vida privada, o faça sem prejuízo dos anos em que contribuiu para a administração pública.

O efeito saneador, pelo afastamento voluntário do funcionário desmotivado ou mal adaptado no serviço público, por certo se fará sentir com o desaparecimento do tão execrado "funcionário fantasma".

Nestas condições, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente;

BASÍLIO ZANUSSI — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 118/83, de autoria do

deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza contagem de tempo de serviço não paralelo para fins de aposentadoria, prestado por professores e especialistas de educação, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, até o ano letivo de 1959 e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—Aprovado., (Publ. no D.A. n.º 87).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 118/83

## PARECER

De autoria do ilustre deputado Hermas Brandão, que autoriza a contagem de tempo de serviço não paralelo, para fins de aposentadoria, prestado por professores e especialistas de educação à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, atualmente denominada Campanha de Escolas da Comunidade, até o ano letivo de 1959.

O que se depreende do projeto e sua justificativa, é que, a partir de 1959, os professores e especialistas de educação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, passaram a ser considerados funcionários públicos, e o tempo de serviço computados para todos os efeitos legais, ficando também a Campanha, denominada de Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Diante do exposto, analisando-se a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, nada há que possa obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;

ANIBAL KHURY — Relator.

# COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 118/83

## PARECER

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Hermas Brandão tem por objetivo estabelecer a contagem de tempo de serviço não paralelo, prestado por professores e especialistas da educação, à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, conforme estabelece e dá outras providências.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o seu mérito, temos que é dos mais legítimos o benefício que se pretende estender aos professores, já que o mistér do professor se concretiza dentro da sala de aula, seja ela pública ou particular.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(a) ODENI MONGRUEL

Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 231/83, que altera dispositivos da Lei de Pro-

moções de Praças da Polícia Militar do Estado (Lei n.º 5940, de 08.05.83).— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 235/83.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 212/83 e 83/83.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Coordenador Regional da Sudepe, visando providências para a apuração da inclusa denúncia de atos irregulares praticados pelo senhor presidente da Colônia de Pescadores Z-14, no município de Porto Rico.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a pavimentação do trecho da PR-583, que dá acesso à localidade de São Valério, no município de Planalto.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor coordenador Regional do Incra, no sentido de que sejam tomadas providências judiciais e administrativas que garantam aos "sem terra" ocupantes da Fazenda Anoni, o direito de permanecerem na propriedade até o término do período da colheita, no município de Marmeleiro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin, lido da tribuna, solicitando o envio de apelo ao senhor governador do Estado, no sentido de que a mensagem governamental n.º 28/83, reajustando os proventos dos funcionários inativos, retorne com urgência a este Poder, com as correções atualizadas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores governador do Estado e secretário das Finanças, visando o parcelamento do ICM referente ao mês de dezembro/83 em 3 parcelas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores governador do Estado e secretário das Finanças, encarecendo a concessão de anistia de multas e juros de mora para pagamento de ICM em atraso.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores governador do Estado e secretário da Administração, encarecendo reformas necessárias na Escola Estadual "Lourdes Alves de Mello", no município de Itaguajé.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores governador do Estado e secretário dos Transportes, visando a doação de um caminhão basculante (usado) e de um rolo compressor (usado), ao município de Itaguajé.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu

França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores governador do Estado e secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a doação de uma ambulância ao Hospital Municipal de Kaloré.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores governador do Estado e secretária da Educação, visando estudos juntamente com a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa e a diretoria estadual da Associação dos Professores do Paraná, com a finalidade de se definir a respeito das possibilidades de nomeação dos professores excedentes do concurso de 1979, ao menos, em situações em que existam vagas comprovadas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores governador do Estado e secretária da Educação, visando a doação de uma kombi e de um micro-ônibus para o transporte de escolares do município de Kaloré.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 28.<sup>o</sup> aniversário de emancipação político-administrativa do município de Engenheiro Beltrão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 19.<sup>o</sup> aniversário de emancipação político-administrativa do município de Nova Cantu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 28.<sup>o</sup> aniversário de emancipação político-administrativa do município de Araruna.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Agricultura, encarecendo informações a respeito da erradicação do cancro cítrico existente no Estado do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações ao senhor governador do Estado, quanto aos

contratos lavrados entre o Estado, empresas públicas e autarquias ou fundações com instituições financeiras brasileiras ou internacionais, e que representem aumento da dívida da administração direta ou indireta do Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 234/83, que denomina José Gomes do Amaral a Escola de primeiro grau do Núcleo Habitacional Santa Teresinha, no município de Ponta Grossa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Leônidas Chaves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 189/83, que visa dar o nome de Moacir Júlio Silvestre à PR-170.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a senhora ministra da Educação e ao senhor reitor da Universidade Federal do Paraná, visando a constituição de vagas no próximo ano letivo, para estudantes que necessitam de transferência de outras universidades ou faculdades.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 30, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — da Proposição n.<sup>o</sup> 52/83.

2a. DISCUSSÃO — da Proposição n.<sup>o</sup> 101/83.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 69, 111, 120, 122, 129, 133, 136, 137, 146, 148 e 201/83.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.<sup>o</sup> 118/83.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 83, 212 e 234/83.

Levanta-se a sessão.